

OS LIMITES ENTRE A SEMÂNTICA E A PRAGMÁTICA PARA ALÉM DO CONTEXTO

Fernanda Paiva (PROLING-UFPB)
(fernandapaiva.jc@hotmail.com)

José Wellisten Abreu de Souza (PROLING-UFPB)
josewellisten@hotmail.com

Maria Leonor Maia Santos (DLCV-PROLING-UFPB)
(leonormaiasantos@gmail.com)

Introdução

A interface semântica-pragmática é uma discussão muito atual entre os linguistas, sobretudo porque esses dois componentes se mostram interligados ao oferecerem mecanismos de interpretação de enunciados no contexto conversacional. Pareceu-nos oportuno para este artigo ter como objetivo geral discutir os possíveis limites entre a Semântica e a Pragmática, adotando a perspectiva de que apenas o contexto não é fator suficiente para “separar” esses dois componentes. Com isso, concebemos que o contexto tanto pode receber um tratamento semântico quanto pragmático, não sendo, portanto, a linha divisória entre elas. É nesse âmbito que circula o nosso trabalho, ou seja, na observação de como as teorias semânticas e pragmáticas lidam atualmente com os fatos linguísticos que envolvem o contexto conversacional, já que ele é aqui concebido como critério não definidor de limite.

Para investigar essa hipótese, discutiremos, brevemente, dois conceitos situados na interface semântica-pragmática: a pressuposição e a implicatura. A Pragmática e a Semântica estudam o mesmo objeto, a saber, o significado, mas a maneira de fazer a análise interpretativa sobre esse objeto é peculiar a cada uma. Em Semântica, os estudos estão voltados para a observação de fenômenos diretamente ligados à língua, sem que, para tanto, seja necessária a intervenção das intenções do interlocutor. Por outro lado, em Pragmática, os estudos estão voltados para a observação de fenômenos ligados às intenções dos interlocutores, como leituras possíveis do que se diz, através da formalização de inferências interpretativas.

Este artigo está estruturado em três sessões. A primeira discute enunciados que dão informações de modo explícito, ou seja, informações com interpretações previsíveis a partir do próprio enunciado linguístico; e enunciados que dão informações de modo implícito, isto é, com interpretações imprevisíveis a partir do material linguístico, e só recuperadas a partir da intenção do locutor. A segunda sessão tenta esclarecer o papel do contexto na interpretação de enunciados. E a terceira apresenta uma análise de três charges, com a tentativa de “separar” o *status* de interpretação semântica e interpretação pragmática.

Para embasamento teórico, utilizamos Grice (1982 [1967]), Ilari (2000), Moura (2006), Murphy (2010).

1. Caminhos da significação: o paradigma semântico vs. o paradigma pragmático

Ao observarmos a cena comunicativa, sabemos que é possível conferir intenções ao nosso discurso, deixando algo no nível explícito, mas também deixando informações implícitas. É óbvio, além disso, que a interação não se dá em mão única: aquele que diz lida com os sentidos de “suas” palavras, motivadas por suas intenções, mas aquele que ouve pode lidar ou não com os mesmos sentidos de seu par e, além disso, atualizar ou não certos implícitos, sendo-lhe livre a formação de outros implícitos diferentes dos pretendidos pelo primeiro. Vejamos um exemplo:

(1) Natália é uma gatinha.

No primeiro plano, damos ao enunciado a interpretação mais trivial: existe um ser, cujo nome é 'Natália', a quem foi dada a qualidade de 'ser gatinha'. Sabemos que ser gatinha é uma qualidade conferida a Natália, pois, primeiramente, a estrutura sintática do enunciado leva a isso, já que o verbo de ligação associa o sujeito ao seu predicativo. Por outro lado, o próprio sentido das palavras contribui para isso: 'Natália' é um nome, 'gatinha' é um nome, 'é gatinha' é uma qualidade de quem é bonita. Haveria algum implícito? Sim. Alguém que enuncia (1) pode estar concluindo acerca da beleza de Natália que ela é atraente o suficiente para ser convidada para sair, ou pode estar indicando a outro amigo que é válido investir num relacionamento com Natália, pois, afinal, ela é muito bonita (= uma gatinha).

Há para o enunciado certas conclusões que não podem ser assumidas, tanto no nível explícito, como também no nível implícito: não podemos dizer, com certeza, que Natália é uma mulher, pois, ao contrário, ela pode pertencer ao grupo dos felinos (se tivermos outra interpretação para 'gatinha'). O enunciado (1) poderia fazer, tranquilamente, parte da seguinte interação:

(2) Qual é o nome do seu animal de estimação, mesmo?

Dei a ela o nome de Natália.

Nome incomum para um peixe.

Não!: Natália é uma gatinha.

Grosso modo, é ponto pacífico entre os pesquisadores que a parte calculável, mesmo previsível do que se diz é espaço de estudo da Semântica. Logo, a Semântica lida com o sentido no nível explícito. Para a Pragmática, também concorrem as intenções do falante, que diz além do que diz. Assim, a Pragmática lida com o sentido no nível implícito.

Outras perguntas, então, poderiam ser feitas: há alguma diferença entre os tipos de informação explícita e/ou implicitamente interpretáveis a partir de um enunciado? O que leva ao implícito é o linguisticamente marcado, ou são manobras que aplicamos ao material linguístico, carregadas de conhecimento de mundo? Em outras palavras, é sempre o contexto que vai servir como “fiel da balança” para distinguir, finalmente, o que deve ser colocado na conta da Semântica, ou da Pragmática? Vejamos outros exemplos:

(3) João vendeu o carro para Pedro.

Não parece ter peso resolutivo, para a discussão que fizemos em (1) e em (2), dizer que é possível inferir de (3): se João vendeu o carro para o Pedro, logo Pedro comprou o carro de João. Novamente parece que estamos lidando com uma trivialidade, algo talvez óbvio e lógico (no sentido informal de “lógico”). Porém, vamos contrastar essa inferência com aquelas originadas de:

(4) Moisés passou no vestibular que pretendia.

Se Moisés passou em um vestibular, devemos concluir, primeiramente, que tal exame existe e, além disso, que as pessoas o fazem com um objetivo: serem aprovadas para uma Universidade, podendo, a partir daí, fazer um curso de nível superior. Essas informações são mais complexas que as retiradas, por inferência, de (3)? A natureza da interpretação de (3) e de (4) envolve, especificamente, um conhecimento contextual? O que dizer do próximo exemplo:

(5) Moisés é mais guloso do que Natália.

O enunciado (5) parece nos autorizar, por inferência (ou seja, é uma informação implícita) a interpretação de que tanto Moisés como Natália são gulosos. Essa informação, inclusive, parece estar já marcada no enunciado (5). Como chegamos a ela? Vejamos, ainda a interpretação possível de (6).

(6) José parou de encontrar defeitos nos textos dos alunos.

Uma interpretação possível é a de que os alunos não estão cometendo mais os erros que, antes, José encontrava, já que ele parou de verificar esses erros. No entanto, se José fosse alguém que outro interlocutor conhecesse bem, especialmente de cuja história estivesse a par, o interlocutor poderia concluir que José parou de encontrar tais defeitos, pois não dá mais aulas e, com isso não pode mais verificá-los. O status dessas duas interpretações, inferidas de forma diferente dos textos, possuem, sem sombra de dúvidas, características diferentes.

Ao fim, é fácil concluir que essas informações acionam conclusões diferentes e, mais especificamente, que chegamos a tais conclusões por caminhos diferentes. A umas, os linguistas têm chamado pressuposição. A outras, mais dependentes das intenções, ou de conhecimento contextual (que não alimentado apenas pelo contexto linguístico), de implicaturas.

De acordo com Moura (2006), ao nos depararmos com uma sentença devemos perceber que ela pode veicular dois níveis de informações de estatutos diferentes.

Num primeiro nível, temos informações num plano literal, ou seja, contidas no próprio sentido das palavras [...] num segundo nível, somos levados a considerar, pela simples enunciação de cada [...] sentença, outras informações que não são afirmadas literalmente, mas inferidas a partir [de tais] [...] sentenças (MOURA, 2006, p. 12-13).

Há um caminho de interpretação que pode ser, em certa medida, “previsível” para o observador?

Ilari (2000) diz que a possibilidade de se estabelecer uma interpretação calculável ou não dos fenômenos linguísticos é o aspecto que define quais são os fenômenos que devem ser trabalhados pela Semântica e quais merecem uma análise Pragmática.

Faz-se necessário deixar mais claro o que seria “interpretação calculável”. Ilari (2000) diz que tanto a Semântica como a Pragmática são disciplinas que “dizem respeito à competência para interpretar” (p. 152). O autor considera como objeto de estudo de tais disciplinas linguísticas os fatos da linguagem que envolvam a significação. Isso, realmente, parece consensual em Linguística, mas aquilo para o qual Ilari chama a atenção é que “os processos interpretativos [são] qualitativamente diferentes” (ILARI, 2000, p. 152). Para o autor, cabe à Semântica a interpretação calculável, em outras palavras, as análises cujas “interpretações [são] previsíveis a partir do léxico e das construções gramaticais” (ILARI, 2000, 152), sendo, pois, dependentes de um gatilho linguístico. Justamente o que vimos a partir dos exemplos (1), (3), (5), nos quais acionamos informações pressupostas.

Por outro lado, deve ser reservado à Pragmática “o estudo das interpretações que são intuitivamente válidas, mas não são convencionais nem passíveis de ser calculadas” (ILARI, 2000, p. 138). Cabe à Pragmática, então, analisar o imprevisível, os implícitos dependentes das intenções dos falantes. Justamente o que vimos em (2), (4) e (6), nos quais acionamos informações implicadas.

Resumidamente, tal como sugere Moura (2006), a **implicatura** é uma das formas de inferência que focaliza as intenções do interlocutor em relação ao locutor. Já o **pressuposto**, por sua vez “(...) deve ser inferido (...) a partir do conhecimento compartilhado, e não da intenção do locutor” (MOURA, 2006, p. 52).

2. O papel do contexto

Como vimos discutindo, as duas disciplinas, a Semântica e a Pragmática, tratam do mesmo objeto de estudo, a saber, a significação linguística, todavia, os componentes semânticos e os componentes pragmáticos se caracterizam por um fazer diferente, ou seja, nesses campos de estudo explicam-se os fenômenos da significação de modos distintos. Em outras palavras, a Semântica e a Pragmática são diferentes porque tratam de inferências que são feitas de maneiras diversas (cf. ILARI, 2000).

A partir do que foi discutido na seção anterior, podemos agora tratar dos limites da Semântica e da Pragmática em relação ao papel do contexto no estabelecimento da significação linguística.

Conforme Moura (2006), “a fronteira entre semântica e pragmática é normalmente traçada a partir da noção de contexto” (p. 66). Ambas as disciplinas, como vimos dizendo, tratam dos aspectos da significação, porém tradicionalmente é colocada na Semântica a significação que independe do contexto, e “(...) a significação contextualmente dependente é colocada no campo da pragmática” (MOURA, 2006, p. 66). Grosso modo, levantamos um pouco dessa problemática nos exemplos da seção anterior.

No entanto, a prática nem sempre é tão clara, pois a distinção feita a partir da noção de contexto é imprecisa. Quando falarmos em contexto, precisamos definir “qual tipo”, digamos assim, de contexto estamos falando. Em algumas situações comunicativas, é posto em cena um background tido por comum (cf. KOCH, 2004) entre os interlocutores. Um exemplo seria os conhecimentos pressupostos compartilhados nas ações de linguagem. Vejamos:

(7) Sílvia parou de comer doces.

Essa sentença contém o pressuposto de que Sílvia comia doces, mas pode conter também a implicatura de que se deve parar de comer doces, se dita a alguém que come doces e é diabético. O locutor de (7) pressupõe, por um lado, que o interlocutor saiba que Sílvia comia doces, e espera, além disso, que o interlocutor infira a sua intenção de transmitir a informação de que não se deve comer doces quando se é, sobretudo, diabético. Vale ressaltar que o interlocutor deve inferir a intenção do locutor e, segundo Moura (2006, p. 52), “o pressuposto também deve ser inferido, mas a partir do conhecimento compartilhado, e não da intenção do locutor”. Todavia, há casos em que essa distinção não é tão clara, como no exemplo:

(8) Apenas Paulo pode ajudar a mãe de Maria.

Essa sentença traz o uso de ‘apenas’ e pode subdividir-se em duas interpretações:

(8a) Paulo pode ajudar a mãe de Maria.

(8b) Ninguém que não seja Paulo pode ajudar a mãe de Maria.

O provável cálculo para se chegar à implicatura (8a) seria: se o locutor afirma (8) é em virtude de ele estar falando tudo o que sabe ou acha, em função da máxima da quantidade

(cf. GRICE, 1982[1967]). Caso o locutor achasse que ninguém poderia ajudar a mãe de Maria, ele, explicitamente, diria isso e não a sentença (8). O argumento para afirmar que (8a) consiste numa implicatura é mostrar que ela é cancelável:

(8c) Apenas Paulo pode ajudar a mãe de Maria e, talvez, nem mesmo ele.

A negação ‘nem mesmo’ alcança a inferência (8a). Logo, neste caso, (8a) é cancelada, por ser uma implicatura. Contudo, a pressuposição também pode ser cancelada, desse modo, não se pode distinguir pressuposição de implicatura a partir da cancelabilidade. Vejamos a sentença:

(9) Natália é mais alta que Maria.

(9a) pp. Maria é alta.

(9b) pp. Natália também é alta.

Se compararmos a altura de Natália e Maria, e dissermos que Natália é mais alta que Maria, isso quer dizer, necessariamente, que Maria seja alta? Trata-se de um pressuposto ou de uma implicatura? Se aplicarmos um teste com o uso de uma partícula de negação, de verbo factivo, de operador modal e submetemos a sentença (9) à interrogação, teremos:

(9c) Natália *não* é mais alta que Maria. (Negação)

(9d) *É possível* que Natália seja mais alta que Maria. (Operador modal)

(9e) A amiga *lamentava* que Natália fosse mais alta que Maria. (Factivo)

(9f) Natália é mais alta que Maria? (Interrogação)

Os testes aplicados à sentença (9) demonstram que as sentenças (9a) e (9b) são informações que resistem a tais testes, configurando um caso de pressuposição e não de implicatura. Por conseguinte, podemos inferir da comparação feita em (9) que tanto Maria como Natália são altas, já que nada no contexto contradiz essa asserção. Contudo, numa outra instância, esse mesmo pressuposto pode ser cancelado, ou seja, se, por ventura, acrescenta-se uma nova informação, assim como a seguinte:

(10) Natália é mais alta que Maria, que tem apenas 1,40.

Temos, agora, o pressuposto (9a) cancelado. As sentenças do tipo comparativas pressupõem que os termos colocados em comparação possuam, necessariamente, a propriedade que está sendo comparada, do contrário, o contexto deveria cancelar o pressuposto. Além de uma nova informação poder cancelar um pressuposto, o próprio locutor pode cancelar a propriedade que está servindo de comparação entre os termos, como em (11) abaixo:

(11) Natália é mais alta que Maria, mas na verdade ela não é alta.

Neste caso, o uso da conjunção coordenativa com valor opositivo ‘mas’ rompe com a expectativa de que o pressuposto em (9a) fosse inferido/assumido pelo locutor. Dessa forma, não há uma contradição ao dizer que Natália é mais alta que Maria e Natália não é alta, há apenas o cancelamento de um pressuposto. O fato é que não podemos perder de vista o sentido que cada palavra confere ao enunciado. Como sabemos a palavra ‘alta’ é um adjetivo vago, cujo sentido só pode ser definido quando temos o conhecimento dos referentes que estão sendo comparados. De maneira resumida, Natália é mais alta que Maria, por Maria não

ser um referente tão alto assim, visto que, como vimos, ela mede apenas 1,40 (cf. exemplo 10). Porém, a perspectiva de quem enuncia que Natália é mais alta que Maria pode assumir a medida de 1,40 como suficientemente alta para, por exemplo, o caso de elas serem duas crianças de 9 anos de idade.

Portanto, fica claro que a pressuposição é sim um fenômeno dependente do contexto, definido neste trabalho como o “conhecimento compartilhado entre os interlocutores” (MOURA, p. 2006, 58).

Ainda conforme Moura (2006, p. 67), existem dois tipos de informação que são trocadas entre os falantes num dado momento conversacional, a *informação sobre o mundo*, que “envolve questões sobre fatos, processos, indivíduos e objetos do mundo”; e a *informação discursiva*, que “envolve dados sobre o próprio fluxo do discurso e da conversação”.

Isso se deve ao fato de que há características discursivas e linguísticas no background trazido pelos interlocutores. Tais características são “traços do referente que o locutor procura ressaltar ou enfatizar” (KOCH, 2004, p. 252). Logo, dito de outro modo, as especializações de sentido e/ou o(s) sentido(s) assumido(s) pelos elementos linguísticos em um dado contexto (comunicativo) são frutos das propriedades relacionais e composicionais que estes permitem ao discurso.

Desse modo, numa análise semântica, as informações veiculadas por um enunciado são “inferidas” a partir da sentença através de uma operação advinda da própria sentença; já numa análise pragmática, a mensagem não é prevista exclusivamente a partir de seu sentido linguístico, mas, sobretudo, é inferida por meio de uma avaliação da situação comunicativa.

É plausível, por fim, ressaltar que o contexto não é o próprio objeto de pesquisa da Semântica e da Pragmática, mas uma ferramenta de trabalho. O contexto não é um conceito teórico a partir do qual um semanticista ou um pragmaticista atribui a função única de separar essas duas disciplinas. Diferentemente disso, o contexto tem a função de contribuir para uma interpretação do enunciado, seja ele inferido a partir da própria sentença, ou implicado a partir da intenção do falante numa dada situação comunicativa.

O ponto é que, como tentamos demonstrar, a adoção do contexto como marca do limite do campo da Semântica e do campo da Pragmática parece ser suficiente para lidar com os pontos extremos, mais típicos, em que as inferências derivadas são necessariamente dependentes do material linguístico, ou, no extremo oposto, claramente dependentes das intenções. Entretanto, nem todas as inferências são claramente distinguíveis, e nem todos os casos são extremos. Murphy (2010) apresenta o seguinte exemplo (aqui traduzido):

(12) Cinderela ia se atrasar para o baile, pois não encontrava o sapato.

Sabemos que ‘Cinderela’ é um nome de alguém, que ‘baile’ é um evento de gala e que ‘sapato’ é um objeto que calçamos. O fato de sabermos que Cinderela é uma personagem de histórias infantis, que é no baile que ela encontrará o Príncipe Encantado e que o sapato que ela procurava era um sapatinho de cristal, isso vem de um conhecimento adquirido a partir da leitura da história, logo não depende exclusivamente do material linguístico, mas do conhecimento de mundo. Isso exemplifica os extremos que mencionamos acima.

No entanto, caberia, ainda, fazermos as seguintes perguntas: ‘Cinderela’ já não carrega o sentido de personagem infantil? A expressão: ‘o sapato da Cinderela’, já não carrega o sentido de ‘sapatinho de cristal’ que ela usará no baile? Será que ao compartilharmos o contexto ele é apenas pragmático? Ao passarmos das análises de enunciados para as análises de um gênero textual, os limites entre as disciplinas se mantêm? Em síntese, parece-nos que a discussão principal é verificar se as informações contextuais são compartilhadas por motivos apenas semânticos, ou apenas pragmáticos.

Na próxima seção, continuaremos com essa discussão a partir da análise do gênero charge.

3. O porquê da escolha das charges e análise do *corpus*

A charge é uma ilustração que tem como objetivo satirizar e criticar, através de um desenho, associado ao material linguístico, algum personagem ou situação social, ironizando e exagerando suas características. Trata-se de um gênero textual dependente da intertextualidade, e relaciona-se, normalmente, com algum outro texto. Assim, sua interpretação depende muito do conhecimento de mundo e de outras leituras para que seja possível recuperar o sentido do texto com o qual a charge dialoga.

Segundo Possenti (2001), as “[...] piadas estabelecem relações intertextuais (exigem conhecimentos prévios, partilhados). Por isso, muitas piadas deixam de fazer sentido em pouco tempo. É que dependem fortemente de fatores circunstanciais” (p. 73). Entendemos que, do mesmo modo, os fatores circunstanciais e os conhecimentos prévios devem ser considerados no tocante à interpretação de uma charge, principalmente porque este gênero textual, semelhante ao que ocorre com uma piada, busca no humor apoio para sua constituição.

Ferraz (2012) diz que:

[...] podemos resumir que a charge se caracteriza por ser um texto misto, em que se relacionam os aspectos verbais e os não verbais, cuja intenção é a crítica de cunho político e/ou social. Os chargistas se utilizam de temas atuais, aproveitando-se de informações vinculadas por outros gêneros na mídia, o que faz da charge um texto com prazo de validade. [...] No entanto, alguns temas podem ser considerados atemporais, devido à recorrência com a qual são veiculados em nossa sociedade [...] (FERRAZ, 2012, p. 111).

Esse gênero é, portanto, produtivo, se for possível falar assim, na associação entre o semântico e o pragmático, já que, ao mesmo tempo, entram em cena implícitos marcados linguisticamente e outros dependentes das intenções dos falantes.

Assim, a noção de contexto, usada de forma ligeira e desprovida de maior observação teórica, pode não dar conta do que seria de competência da Semântica analisar e o que seria de competência da Pragmática analisar. Pelo menos, é sobre tal percepção que se assenta nossa hipótese. Tentaremos defendê-la, digamos assim, a partir da análise de três charges nas quais, como veremos, os limites entre a Semântica e a Pragmática apresentam-se muito movediços, especialmente se consideramos, apenas, a noção de contexto.

A seguir, apresentamos a primeira charge a ser analisada. Ela ocorre num discurso político, mais especificamente no período das eleições. A cena se passa num palanque eleitoral que serve de anúncio de um plano de governo de um candidato à chefia de um setor público, cabendo ao povo que o escuta elegê-lo ou não.

Charge 01 – Bolso de Político



Disponível em: <http://2.bp.blogspot.com/-IvJXycJ3xUI/U_fjCiPaG0I/AAAAAAAAAcpA/I4OUAc0VwEk/s1600/zcharge-politica-humor1.jpg>. Acesso feito em: 31-08-2014

Como vemos, há duas expressões linguísticas contidas na charge acima, a proferida pelo político e a proferida por um dos que ouvem o candidato, a saber: “Neste bolso nunca entrou dinheiro público” e “Tá de calça nova, né?”, respectivamente. Elas, juntas, geram interpretações acerca do contexto enunciativo construído pela charge, calculadas pelo conhecimento compartilhado e inferidas pela intenção daquele que fala.

Assim sendo, o enunciado (1) “Neste bolso nunca entrou dinheiro público” pressupõe que (1a) exista um bolso e que (2a) nesse bolso nunca foi colocado dinheiro público; e o enunciado (2) “Tá de calça nova, né?” pressupõe que (2a) exista uma calça e que (2b) essa calça seja nova. Há, todavia, uma possível interpretação implicada no enunciado (2), a de que (3) o político que discursa já colocou dinheiro público em outro bolso que não o da calça que está usando ao enunciar (1). E, além da interpretação de (3), aquele que profere (2) pode estar suscitando que, na charge em análise, (4) o candidato rouba os cofres públicos e que, por isso, (5) não é um candidato honesto e (6) não merece o voto do povo. Percebe-se que a natureza das interpretações de (1a), (1b), (2a) e (2b) é, sem dúvida alguma, diferente da de (3), (4), (5) e (6), sendo a (6) implicada pela (5) e a (5) implicada pela (4), todas essas geradas pelo enunciado (2).

Por conseguinte, o contexto enunciativo de (1) e (2) marcado pelo linguístico é construído pelo conhecimento compartilhado, e a interpretação ativada é previsível, gerada por meio do léxico e dos constructos gramaticais, cabendo à Semântica essa interpretação calculável. Já o contexto enunciativo de (1) e (2) marcado pelas inferências é construído a partir das intenções do falante, e a interpretação é imprevisível, não podendo ser calculada, cabendo à Pragmática essa interpretação, que deve ser intuitivamente válida.

Com a análise desta primeira charge, pudemos observar que a Semântica e a Pragmática explicam a significação linguística de enunciados a partir de modos diferentes de análise. Logo, o contexto não é o critério definidor do que seja uma análise semântica e uma análise pragmática, uma vez que, como estamos vendo até agora, tanto a pressuposição quanto a implicatura acionam o contexto para suscitar interpretações. O que varia, portanto, é o modo como o enunciado é analisado.

Vejamos a seguir o caso de outra charge. Ela traz uma ilustração caricaturada de alguém com algemas e sujo de sangue.

Charge 02 – O Psicopublicitário



Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/album/2014/06/11/charges.htm?abrefoto=65#fotoNav=1>>. Acesso feito em 31-08-2014.

Há, na charge acima, dois enunciados linguísticos: (1) “Psicop... publicitário” e (2) “Eu disse pra ele ser mais criativo nos informes do prédio”. Destacamos para fins de análise a segunda expressão linguística citada, uma vez que nela há um ativador de pressuposto marcado pelo uso do ‘mais’. Isto porque, segundo Moura (2006, p. 17), “certas palavras têm a função de ativar pressupostos, ou seja, elas indicam a presença de pressupostos”.

Desse modo, podemos inferir que (2a) “ele é criativo, todavia, poderia ser MAIS criativo” a partir do sentido literal das palavras de (2), mesmo que esse pressuposto não esteja contido no sentido de suas palavras. Esse pressuposto é, portanto, de conhecimento compartilhado entre os interlocutores, isto é, é um conjunto formado por certas proposições aceitas tanto pelo falante quanto pelo ouvinte.

Poder-se-ia perguntar, contudo, se a palavra ‘mais’ introduz a pressuposição já dita acima, como tal informação pode fazer parte do conhecimento prévio dos interlocutores? E mais, a pressuposição acima foi ativada pelas palavras do enunciado (2)? Inicialmente, é preciso compreender que a pressuposição funciona no fluxo conversacional, logo, os enunciados devem ser analisados dentro de um contexto. Observamos que o papel da palavra ‘mais’ é, dado o contexto do enunciado (2) presente na charge, recuperar a pressuposição (2a) “ele é criativo, todavia, poderia ser MAIS criativo”.

É pertinente ratificar que o ‘mais’ tem a função de ativar a pressuposição acima reiterada, visto que a pressuposição já se encontrava no aglomerado de proposições aceitas como verdadeiras pelos interlocutores. Assim sendo, o ‘mais’ apenas está ativando essa crença.

Por outro lado, para a compreensão do todo da charge é preciso acionar o conhecimento de mundo que agrega o sentido à fala na charge em evidência. Essa charge é uma ilustração satirizada do caso criminal de um publicitário que confessou ter matado e esquartejado o zelador de seu prédio em São Paulo. Essa interpretação vai depender da aplicação das máximas conversacionais (cf. GRICE, 1982[1967]).

Na charge a seguir, verifica-se também a distinção entre os tipos de informações contextuais. Nela, uma caricatura da presidenta do Brasil, Dilma Roussef, fala a um aglomerado de supostos manifestantes.

Charge 03 – O Bolsa Civilidade

Dilma anuncia seu mais novo programa de governo: o BOLSA CIVILIDADE.



Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/album/2014/06/11/charges.htm?abrefoto=65#fotoNav=8>>. Acesso feito em: 01-09-2014.

Quando o chargista apresenta o seguinte enunciado: “Dilma anuncia seu mais novo programa de governo: o Bolsa CIVILIDADE”, pretende retomar um contexto de mundo partilhado por todos nós brasileiros: Dilma é a presidenta do Brasil, uma de suas plataformas de governo pauta-se nos programas sociais, sendo o mais conhecido o Bolsa Família. Em um primeiro momento, então, somos levados a entender que a necessária interpretação dessa charge passa pela imersão nesse contexto social, detidamente, na apreensão de um conhecimento de mundo.

Por outro lado, a expressão linguística “mais novo programa” aciona uma pressuposição: esse programa não existia antes, já que é novo. Há, então, um encaminhamento linguístico que direciona a interpretação. Esse passo, digamos assim, dialoga diretamente com o conhecimento de mundo a que fizemos referência antes. É um equilíbrio necessário, pois a cognição humana não se dá de modo isolado: é inerente a computação linguística de um enunciado, as inter-relações com nossos conhecimentos mentais apreendidos culturalmente.

Nesses termos, o que se dá é uma divisão, que se mantém do ponto de vista didático-metodológico, mas, na prática da interpretação, fazemos uma defesa de limites mais tênues, até inexistentes, entre o que compete à Semântica e ao que compete à Pragmática, especialmente em termos de contexto.

Pode-se então defender o argumento de que um conhecimento de mundo compartilhado já atrela às palavras que selecionamos um certo grau de convencionalidade. Se assim for, justifica-se o próprio nome do programa dado pela “Dilma” da charge: em “Bolsa civilidade”, que apresenta o item linguístico “civilidade”, inevitavelmente, leva-nos a outras implicaturas. Por que o Brasil está precisando de “civilidade”?

Para responder a essa pergunta, de início, pode-se partir do sentido dicionarizado desse lexema: *civilidade* é “o conjunto de formalidades, de palavras e atos que os cidadãos adotam entre si para demonstrar mútuo respeito e consideração; boas maneiras, (...), cortesia” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 734). As manifestações que insurgiram durante o período pré-copa, inclusive por isso os “integrantes” do *yellow block* estarem de verde-amarelo, demonstraram a quebra do conjunto de formalidades necessárias à *civilidade*. Por isso,

apresenta-se a necessidade de um Programa Federal, de carácter social, intitulado “Bolsa Civilidade”.

Vale ressaltar que o nome do grupo *yellow block* também faz referência ao grupo real envolvido nos movimentos, cujo nome é *black blocks*, caracterizado pela violência com que se comportaram durante as manifestações. Mais um conhecimento contextual-pragmático-de-mundo necessário para a interpretação do texto da charge, o qual, porém, não seria totalmente inteligível se não fosse também considerado o conhecimento contextual-semântico-de-carácter-linguístico.

Em linhas gerais, verificamos um processo complementar: a interpretação do material linguístico, e aí, frise-se, recorreremos à significação no âmbito da Semântica, se associa à interpretação do conhecimento de mundo e para tal, frise-se, recorreremos à significação no âmbito da Pragmática. Um componente interatua com o outro componente. Sobre o material linguístico, ora formam-se pressupostos, ora acionam-se implicaturas, ambos processos inferenciais são necessários para a interpretação do gênero charge como um todo.

Considerações Finais

Tivemos como objetivo neste artigo discutir os limites entre a Semântica e a Pragmática, assumindo como hipótese que o contexto não é o fator suficiente para “separar”, adequadamente – e sem ônus –, o campo de estudo de cada uma dessas disciplinas.

Para tal, ilustramos nosso ponto de vista, tomando os fenômenos da pressuposição e da implicatura, demonstrando que numa análise linguística a interligação desses dois fenômenos, mediados pelo contexto, é crucial para a interpretação textual.

Tentamos demonstrar, por fim, a pouca sustentabilidade teórica de limites precisos entre a Semântica e Pragmática a partir da noção de contexto, através da análise de 03 charges. Vimos que não é fácil delimitar a fronteira das informações contextuais, já que é possível distinguir, nas charges, algumas passagens em que a interpretação é contextual e semântica, porque dependente do material linguístico e de um conhecimento calculável, em que encontramos pressupostos, e outras em que a interpretação é contextual e pragmática, porque dependente de recuperação da intenção do chargista e do conhecimento de mundo, em que nos deparamos com implicaturas.

De fato, como a cognição humana não se dá de modo isolado, faz-se preciso assumir que está inerente à computação linguística de um enunciado, os nossos conhecimentos mentais apreendidos culturalmente os quais, em certa medida, passam a ter os sentidos inseridos no próprio item lexical.

Deparamo-nos, portanto, com uma situação comunicativa, a partir das charges, rica de interfaces e inter-relações, porque assim exige ser o complexo trabalho com a língua. A reflexão que devemos fazer sobre as estruturas linguísticas, visando à aplicação desse conhecimento, tanto na compreensão de textos – na leitura –, como na produção de textos – na escrita – interliga a interpretação do extrato linguístico com as intenções e implicaturas retomadas por estes elementos. Tudo está diretamente ligado aos sentidos conferidos, assumidos, inferidos, implicados, promovidos etc. por nós, falantes-ouvintes, de uma língua natural.

Referências

FERRAZ, Mônica Mano Trindade. Ensinando com textos de humor: sugestões de leitura do gênero charge. In: PEREIRA, Regina Celi Mendes (org.). **A didatização de gêneros no contexto de formação continuada em EaD**. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012. (Capítulo 3, p. 95-124).

- GRICE, Herbert Paul. [1967] Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo. **Fundamentos metodológicos da lingüística – V. IV: Pragmática**. Campinas, SP: Edição do organizador, 1982
- KOCH, Ingedore G. Villaça. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: NEGRI, Lígia, FOLTRAN, Maria José e OLIVEIRA, Roberta Pires (orgs.). **Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari**. – São Paulo: Editora Contexto, 2004. (p. 244-262).
- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ILARI, Rodolfo. Semântica e pragmática: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da significação. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v.9, n.1, p. 109-162, jan./jun. 2000.
- MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática**. – 3ª ed. – Florianópolis: Insular, 2006.
- MURPHY, M. Lynne. **Lexical Meaning**. Cambridge University Press, 2010.
- POSSENTI, Sírio. O humor e a língua. **Ciência Hoje**, vol. 30, nº 176, p. 72-74, 2001. Disponível em: <<http://aescritanasentrelinhas.d3estudio.com.br/wp-content/uploads/2009/02/o-humor-e-a-lingua-texto.pdf>>. Acesso em: 03/09/2012.